



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

## **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROCESSO LEGISLATIVO Nº 328/2025**

**PROJETO DE LEI Nº 1914/2025**

**AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL**

**RELATOR: SÉRGIO RODRIGUES GONÇALVES**

### **I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 1.914, de 2025, de autoria do Executivo Municipal que, *“Altera dispositivos da Lei nº 1.792, de 16 de maio de 2019, que cria o Conselho Municipal de Proteção e de Defesa dos Animais no Município de Primavera do Leste, e dá outras providências.”*

Junto com o corpo da proposição veio sua justificativa, fl. 004, catalogando-se o parecer jurídico às fls. 007/010, que opina favoravelmente ao trâmite regular do Projeto de Lei.

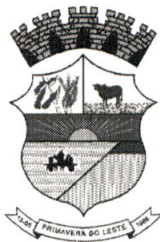
Após, houve a leitura do Projeto em Plenário, vindo os autos a esta Comissão de Justiça e Redação para formulação de parecer, consoante norma regimental.

Desta feita, ora apresentamos o presente relatório, passando à análise do tema em questão.

### **II – ANÁLISE**

Precipuamente, é importante frisar que, consoante ordenamento regimental, a Comissão de Justiça e Redação deverá moldar seu parecer quanto ao aspecto Constitucional, Jurídico, Legal e Textual dos processos legislativos que correm por esta casa de leis, não lhe sendo oportunizado ultrapassar tais limites, sob pena de ilegitimidade, consoante traduz o “*caput*” do art. 42 do RICM, senão vejamos:

*“Art. 42. A Comissão de Justiça e Redação competirá opinar sobre todos os processos e proposições entregues, à sua apreciação quanto ao seu aspecto constitucional, de redação e jurídico.”*



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Veja-se, pois, que internamente a matéria tem pertinência com as atribuições desta Comissão de Justiça e Redação, pelo que não há que se falar em qualquer injuridicidade por falta de competência para a apreciação da proposta.

Verticalmente, cumpre destacar que a iniciativa legal possui subsistência com as disposições da CF/88, especialmente em seu art. 30, inciso I, que trata sobre a competência legislativa do município, senão vejamos

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;”*

Face ao exposto, tem-se que a matéria se inclui dentre aquelas de competência de iniciativa do Executivo Municipal, conforme o caput art. 37 da Lei Orgânica Municipal, como vemos:

*“Art. 37. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.” (grifo nosso)*

Tendo em vista o exposto, o presente Projeto de Lei é constitucional.

Quanto às exigências relativas à técnica legislativa, o projeto está de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

No tocante aos objetivos do projeto, não há óbice à proposta. O presente Projeto de Lei que propõe a atualização do Artigo 3º da Lei nº 1.792/2019, responsável por instituir o Conselho Municipal de Proteção e de Defesa dos Animais de Primavera do Leste. A alteração se faz necessária diante da consolidação das políticas públicas de bem-estar animal no Município e da necessidade de aprimorar a representatividade e a governança deste colegiado.

Destarte, exaro meu voto pelo provimento da tramitação do Projeto de Lei em questão sem nenhuma emenda, diligência ou iniciativa que abranja a competência desta Comissão.

## **III – CONCLUSÃO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Logo a presente proposição **ATENDE** ao interesse público buscado, demonstrando que o projeto é viável, legal e constitucional.

## IV – VOTO

O Sr. Vereador Sérgio Rodrigues Gonçalves (Relator):

Por isso, o meu parecer é **FAVORÁVEL** a tramitação do Projeto de Lei ao Soberano Plenário.

Sala das Comissões, em 02 dezembro de 2025.

SÉRGIO RODRIGUES GONÇALVES

## V – VOTO

A Sra. Vereadora Karla Jackeline da Silva Souza (Membro)

Voto “**pelas conclusões do relator**”.

É como voto.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 2025.

KARLA JACKELINE DA SILVA SOUZA